



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Suprima-se o art. 63 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Além de instituir novo regramento de tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, a Medida Provisória n. 1.303, de 11 de junho de 2025, trouxe a majoração da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos Juros sobre o Capital Próprio – JCP, dos atuais 15% para 20%.

O JCP foi originalmente instituído pela Lei n. 9.249/1995 como ferramenta para remunerar os sócios ou acionistas pela manutenção do capital na pessoa jurídica, estimulando a formação do capital social das empresas e reduzindo o financiamento da pessoa jurídica por meio de empréstimos, cujos juros eram dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda. Antes de sua instituição, o endividamento era a forma preferencial de capitalização da pessoa jurídica, gerando assimetria e desincentivando aportes dos sócios e acionistas.

A majoração da alíquota do IRRF sobre o JCP terá como efeito primário o desestímulo à capitalização das pessoas jurídicas e o retorno do financiamento a partir da formação de dívidas, cujos juros poderão ser deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda desde que respeitada a regra geral de dedutibilidade.

Tem-se, portanto, que a medida poderá ser ineficaz para a finalidade que se propõe, visto que o possível incremento de tributação a partir da majoração da alíquota do JCP poderá ser anulada – ou até mesmo superada – pela redução de arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica decorrente do aumento



da dedutibilidade de juros de empréstimos tomados para financiamento das atividades das empresas.

Diante das razões expendidas, sugerimos a supressão do artigo 63 da Medida Provisória n. 1.303.

Sala da comissão, 17 de junho de 2025.

Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)
Deputado Federal

